



Uma visão estratégica para a “Agricultura Familiar” em Portugal Plano de Ação nacional para o período de 2022-2028 abre consulta pública

A ACTUAR, a CNA, a DGADR e a ESAV/IPV concluíram a proposta de “PLANO DE AÇÃO DA DÉCADA DA AGRICULTURA FAMILIAR” e submetem-na a consulta pública durante o mês de junho. Após a integração dos contributos, o Plano de Ação será alvo de uma apresentação pública em Julho e entregue ao Governo, para aprovação e condução da sua execução. Documento final é a resposta ao repto lançado pelas Nações Unidas.

[Coimbra, Lisboa, Viseu 2 de Junho de 2022] A crise climática, a crise energética, a pandemia e a guerra – que abalaram e interromperam cadeias de fornecimento de bens e serviços – vieram agravar os índices de pobreza e formas de malnutrição e expor a urgência de repensar a produção local e o consumo dos bens agrícolas e, em particular, o papel da Agricultura Familiar (AF).

Produzir e consumir localmente, usando mercados de cadeia curta, contribui para um sistema alimentar mais saudável e sustentável, para a redução do desperdício de alimentos e para o envolvimento das áreas rurais e urbanas. Proteger a Agricultura Familiar é favorecer a inclusão territorial, o equilíbrio demográfico e o combate à desertificação, ao mesmo tempo que mitiga os efeitos das alterações climáticas.

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 2019-2028 como a “**Década da Agricultura Familiar**” das Nações Unidas (UNDAF). Ao mobilizar a comunidade internacional para políticas sociais, económicas e ambientais que fortaleçam e apoiem a Agricultura Familiar em todo o mundo, a UNDAF convidou todos os países a desenvolver Planos de Ação nacionais.

Em Portugal, a parceria entre a [ACTUAR](#) (ONG que defende o Direito Humano à Alimentação saudável), a [Confederação Nacional da Agricultura](#), a [Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural](#) e a [Escola Superior Agrária de Viseu – Instituto Politécnico de Viseu](#) permitiu elaborar uma proposta de “[Plano de Ação para a Década da Agricultura Familiar em Portugal](#)” (PADAF).

Este Plano é o resultado de um trabalho que, desde 2021, envolve agricultores, especialistas, entidades governamentais e instituições com responsabilidade no campo da AF, de forma a construir de forma participativa a proposta de PADAF para Portugal.

Para **Júlia Alves, Presidente da ACTUAR**, entidade que lidera a parceria, a concretização das medidas deste Plano representa “*a reparação de uma injustiça com os agricultores familiares e as suas comunidades, mas também com todos os consumidores. O direito humano à alimentação só será cumprido se forem disponibilizados às populações alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável e socialmente justa.*”

Para além de reunir os dados estatísticos sobre o setor, o PADAF propõe uma visão para a “Década da Agricultura Familiar” em Portugal, enunciando os sete pilares que requerem atenção e ação. Para cada um dos pilares foi desenvolvido um trabalho sistematizado de objetivos, resultados, medidas e metas.

São os seguintes os sete pilares:

Pilar 1 – A Agricultura Familiar nas políticas públicas

Pilar 2 – Os jovens e a sustentabilidade geracional da AF

Pilar 3 – A equidade de género e a liderança das mulheres rurais





Pilar 4 – O conhecimento e representatividade dos agricultores familiares

Pilar 5 – O bem-estar social e económico dos agricultores e suas famílias

Pilar 6 – A Agricultura Familiar como fonte de sustentabilidade nos sistemas alimentares resilientes às alterações climáticas

Pilar 7 – A inovação na Agricultura Familiar ao serviço do desenvolvimento territorial, da biodiversidade, do meio ambiente e da cultura

Para **Alfredo Campos, da Direção da CNA**, *“a imagem negativa e redutora que foi criada na sociedade portuguesa, sobre os agricultores familiares está desatualizada e as políticas públicas continuam a não dar a devida e necessária atenção a este sector que precisa de ser reconhecido, valorizado e apoiado, para o bem de todos. Com a produção da Agricultura Familiar, reduz-se a importação e reforça-se a soberania alimentar”*.

Por isso, o PADAF pretende alcançar o **reconhecimento do contributo social, económico e ambiental da Agricultura Familiar** para:

- os sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis em Portugal
- a segurança alimentar e nutricional da população
- a sustentabilidade ambiental, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas
- a preservação do património cultural nas áreas rurais

Segundo **Sandra Candeias, Diretora de serviços de Promoção da Atividade Agrícola da DGADR**, *“o crescimento populacional, as mudanças nas dietas alimentares e as alterações climáticas pressionam o sistema alimentar a produzir alimentos suficiente, saudáveis e com práticas que preservem os recursos naturais. A dependência e a insuficiência alimentar são temas que face ao contexto atual assumem grande relevância e são hoje cada vez mais debatidos. Certamente Portugal estará à altura de responder ao desafio das Nações Unidas sobre a Década da Agricultura Familiar, apresentando progressos nesta matéria”*.

O PADAF pretende que, até 2030, Portugal tenha uma AF fortalecida organizacionalmente e vinculada aos mercados, na qual prosperem sistemas alimentares territoriais sustentáveis e justos, que promovam o desenvolvimento integral das famílias e comunidades.

Espera-se alcançar, até 2030, os seguintes resultados:

- Quadros regulatórios e político-institucionais da AF fortalecidos;
- Sistemas alimentares territoriais sustentáveis;
- Presença da AF nos mercados local, nacional e internacional, com produtos diferenciados e alimentos de valor nutricional, social e cultural;
- Inclusão económica de mulheres e jovens na AF;
- Desenvolvimento de competências que respeitem os saberes tradicionais;
- Bem-estar social e económico para as famílias da AF

Em representação da **ESAV, Cristina Amaro da Costa** destaca o facto de *“o atual sistema alimentar e agrícola é amplamente responsável pela escassez de água, perda de biodiversidade, esgotamento do solo que, juntamente com altos níveis de emissões de gases de efeito estufa,*



contribuem para as alterações climáticas”.

A AF tem um papel fundamental para a realização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS, 2015), especialmente os relacionados com a segurança alimentar e nutricional, a gestão dos recursos naturais, a inclusão económica e social de pessoas produtoras agrícolas e grupos sociais em condições de vulnerabilidade, a revitalização económica dos territórios rurais, a preservação do património cultural e, em geral, a criação e manutenção de sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos.

Dados de enquadramento sobre a Agricultura Familiar:

- A AF representa mais de **90% da agricultura mundial** e produz **80% dos alimentos** do mundo em termos de valor
- Há mais de **500 milhões de agricultores familiares** no mundo
- Desde o início da pandemia Covid-19, em 2020, a situação de insegurança alimentar agravou-se, afetando hoje **1 em cada 3 portugueses**
- **17.2% da população** em Portugal vive em risco de pobreza
- **68% do volume de trabalho agrícola** é efetuado pela população agrícola familiar (na UE28, essa percentagem é de mais de 75%)
- Apenas **13% dos agricultores em Portugal** trabalham a tempo completo e aproximadamente **2/3** ocupam menos de **50% do tempo de trabalho** na exploração.
- A maioria das explorações agrícolas continua a ser gerida por **produtores singulares (94,5%)**
- A representatividade das **mulheres** à frente do destino das explorações agrícolas é de **33,3%** (acima da média da UE28 de 30,1%).
- A **média de idades** dos produtores agrícolas em Portugal é de **64,3 anos** (acima da média da UE28 de 58,0 anos).
- A **mão de obra agrícola familiar** contribui com mais de **2/3 do trabalho** agrícola.
- Os produtores agrícolas singulares são maioritariamente **homens (67,1%)**, têm em média **64 anos**, quase metade conclui apenas o primeiro nível do ensino básico (**46,3%**), e **53%** têm formação agrícola exclusivamente prática. Apenas **10,3%** dos produtores agrícolas singulares em Portugal têm **menos de 45 anos**.

(fontes: Recenseamento Agrícola de 2019 e INE 2021)

Para saber mais e participar no processo de consulta pública pode aceder [aqui](#). Para mais esclarecimentos é favor contactar:

ACTUAR: geral@actuar-acd.org ou +351 961 585 638.

Para contactos de Media ou pedidos de entrevista contactar:

Dalila Carvalho +351 935030740

www.actuar-acd.org/

www.cna.pt/



www.dgadr.gov.pt/

www.ipv.pt/esav/

Parceria



Financiamento:

